

(Provisório)

Sumário

Capítulo 1

Introdução ao direito penal.....	21
1.1. Conceito e classificações.....	21
Classificação doutrinária:.....	22
1.2. Características.....	23
1.3. Criminalização primária, secundária e terciária.....	24
1.4. Funções do direito penal	26
1.5. Princípios clássicos do direito penal	27
1.5.1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	27
1.5.2. Princípio da legalidade	28
1.5.3. Princípio da culpabilidade	33
1.5.4. Princípio da responsabilidade pelo fato (materialização do fato ou exteriorização)	34
1.5.5. Princípio da responsabilidade pessoal, da personalidade ou da intranscendência	36
1.5.6. Princípio da intervenção mínima	36
1.5.7. Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico	38
1.5.8. Princípio da humanidade.....	40
1.5.9. Princípio da proporcionalidade	40
1.5.9.1. Proibição de proteção deficiente e mandados constitucionais de criminalização	43
1.5.10. Princípio da ofensividade ou da lesividade	46
1.5.11. Princípio da alteridade ou da transcendentalidade.....	48
1.5.12. Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade	48
1.5.13. Princípio do “ne bis in idem” ou da inadmissibilidade da persecução penal múltipla.....	50
1.5.14. Princípio da individualização da pena	51
1.5.15. Princípio da insignificância ou da bagatela própria	52
1.5.15.1 Requisitos para aplicação do princípio da insignificância.....	53
1.5.15.2. Aplicação do princípio da insignificância em situações específicas.....	55
1.5.15.2.1. Reincidência.....	55
1.5.15.2.2. Criminoso habitual	56
1.5.15.2.3. Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90).....	56
1.5.15.2.4. Apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A) e sonegação de contribuição previdenciária (CP, art. 337-A)	57
1.5.15.2.5. Estelionato previdenciário.....	57

1.5.15.2.6. Contrabando.....	58
1.5.15.2.7. Crimes contra o Meio Ambiente.....	58
1.5.15.2.8. Crimes contra a Administração Pública	60
1.5.15.2.9. Moeda falsa	60
1.5.15.2.10. Tráfico de drogas.....	61
1.5.15.2.11. Drogas para consumo pessoal.....	61
1.5.15.2.12. Posse ou porte de arma ou munição.....	61
1.5.15.2.13. Manutenção de rádio comunitária clandestina	62
1.5.15.2.14. Transmissão clandestina de sinal de internet via radiofrequência	62
1.5.15.2.15. Violência doméstica.....	62
1.5.15.2.16. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	63
1.5.15.2.17. Furto qualificado.....	63
1.5.15.2.18. Furto de pequeno valor.....	63
1.5.15.3. Princípio da insignificância imprópria ou da bagatela imprópria	65
1.5.15.4. O princípio da bagatela e sua relação com a teoria das janelas quebradas ("Broken Windows Theory").....	67
1.5.16. Princípio da adequação social	68
1.6. Relações com outros ramos do direito	69
1.7. Direito penal, criminologia e política criminal	70
1.8. Sistemas penais	72
1.8.1. Direito Penal Máximo ou Maximalismo Penal ou Eficientismo penal.....	72
1.8.2. Direito Penal Mínimo ou Minimalismo Penal.....	72
1.8.3. Abolicionismo Penal.....	74
1.8.4. Direito de Intervenção.....	76
1.9. Direito penal do inimigo.....	77
1.10. Velocidades do direito penal	80
1.11. Direito penal paralelo e direito penal subterrâneo.....	81
QUESTÕES	82
GABARITO.....	87

CAPÍTULO 2

A lei penal	89
2.1. Fontes do direito penal.....	89
2.2. Interpretação da lei penal (sujeito, modo e resultado)	93
2.3. Analogia.....	97
2.4. Características e classificações da lei penal.....	99
2.4.1 Teoria das normas de Karl Binding	99
2.4.2. Classificação das leis penais.....	100
2.5. Conflito aparente de normas	102
2.5.1. Conceito	102
2.5.2. Expressões sinônimas	102
2.5.3. Requisitos	102
2.5.4. Finalidade.....	103
2.5.5. Princípios que solucionam o conflito aparente de normas	103
2.5.5.1. Princípio da especialidade	103

2.5.5.2. Princípio da subsidiariedade	104
2.5.5.3. Princípio da consunção ou da absorção	105
2.5.5.4. Princípio da alternatividade.....	110
2.6. Norma penal em branco.....	111
2.6.1. Espécies.....	112
2.7. Normas penais em branco e o princípio da legalidade	114
2.8. Lei penal no tempo	115
2.8.1. Abolitio criminis (CP, art. 2º, caput).....	117
2.8.2. Novatio legis in melius (CP, art. 2º, parágrafo único)	118
2.8.3. Nova lei incriminadora (novatio legis incriminadora)	120
2.8.4. Lex gravior ou lei penal mais grave	121
2.8.5. Combinação de leis penais (lex tertia)	122
2.8.6. Lei penal intermediária	123
2.8.7. Sucessão de complementos de normas penais em branco	124
2.8.8. Leis intermitentes (excepcional ou temporária).....	125
2.8.9. Tempo do crime	127
QUESTÕES	129
GABARITO.....	134

CAPÍTULO 3

LEI PENAL NO ESPAÇO	135
3.1. Lugar do crime (Art. 6º, CP)	135
3.2. Territorialidade	137
3.2.1. Direito de passagem inocente	141
3.3. Extraterritorialidade	142
3.3.1. Extraterritorialidade incondicionada (art. 7º, inciso I e § 1º, CP).....	144
3.3.2. Extraterritorialidade condicionada (art. 7º, inciso II e § 2º, CP)	148
3.3.3. Extraterritorialidade hipercondicionada (art. 7º, § 3º, CP)	149
3.4. Eficácia de sentença estrangeira.....	150
3.5. Contagem dos prazos	152
3.6. Frações não computáveis da pena	154
3.7. Legislação especial.....	154
3.8. Lei penal em relação às pessoas.....	155
3.8.1. Imunidade diplomática	156
3.8.2. Imunidade parlamentar	160
3.8.2.1. Imunidade parlamentar absoluta	160
3.8.2.2. Imunidade parlamentar relativa.....	161
3.8.3. Imunidades e estado de sítio.....	165
3.8.4. Outras imunidades	165
QUESTÕES	169
GABARITO	175

CAPÍTULO 4

Teoria geral do crime	177
------------------------------------	------------

4.1. Conceito de crime	177
4.1.1. Critério formal ou legal	177
4.1.1.1. Crime x Contravenção Penal	178
4.1.2. Conceito material de crime	184
4.1.3. Conceito analítico de crime	185
4.1.3.1. Corrente bipartite ou bipartida	185
4.1.3.2. Corrente tripartite ou tripartida	185
4.1.4. Conceito criminológico de crime	186
4.2. Sujeitos do crime	187
4.2.1. Sujeito Ativo	187
4.2.1.1. Teoria da dupla imputação	190
4.2.2. Classificação do crime quanto ao sujeito ativo	191
4.2.3. Sujeito Passivo	192
4.2.3.1. Classificação do crime quanto ao sujeito passivo	194
4.2.3.2. Outras questões	194
4.3. Objeto do crime	195
4.3.1. Objeto Jurídico	195
4.3.2. Objeto Material	196
4.4. Classificação dos crimes	197
QUESTÕES	208
GABARITO	211

CAPÍTULO 5

Fato típico	213
5.1. Introdução	213
5.2. Conceito	213
5.3. Elementos	214
5.3.1. Conduta	216
5.3.1.1. Teoria causalista, mecanicista, clássica, naturalista, causal ou sistema Liszt-Beling	216
5.3.1.2 Teoria neoclássica, causal-valorativa ou neokantista	219
5.3.1.3. Teoria finalista	223
5.3.1.4. Teoria social da ação	228
5.3.1.5. Funcionalismo penal	230
5.3.1.5.1. Funcionalismo moderado de Claus Roxin (também chamado de racional-teleológico)	231
5.3.1.5.2. Funcionalismo radical de Günther Jakobs (também chamado de sistêmico)	232
5.3.1.6. Teoria da ação significativa	235
5.3.1.7. Teoria adotada pelo Código Penal	236
5.3.2. Formas de Conduta	237
5.3.2.1. Crimes comissivos (por ação)	237
5.3.2.2. Crimes omissivos (por omissão)	238
5.3.2.2.1. Espécies de omissão	238
5.3.2.2.1.1. Crime omissivo próprio	239
5.3.2.2.1.2. Crimes omissivos impróprios, espúrios ou comissivos por omissão	239

5.3.2.2.2. Nexo causal nos crimes omissivos.....	244
5.3.2.3. Crimes de conduta mista	247
5.3.3. Principais características da conduta	247
5.3.3.1. Causas de exclusão da conduta	247
5.4. Crime doloso	249
5.4.1. Teorias relacionadas ao elemento volitivo (vontade)	249
5.4.2. Teorias relacionadas ao elemento cognitivo (consciência)	250
5.4.3. Teorias adotadas pelo Código Penal	252
5.4.4. Críticas ao elemento volitivo do dolo.....	252
5.4.5. Espécies de dolo	254
5.5. Crime culposos.....	257
5.5.1. Conceito de crime culposos	258
5.5.2. Espécies de culpa	261
5.5.3. Causas de exclusão da culpa	264
5.5.4. Crime preterdoloso ou preterintencional.....	265
5.6. Resultado.....	267
5.6.1. Conceito	267
5.6.2. Espécies.....	267
5.7. Nexo causal ou relação de causalidade	272
5.7.1. Teorias	273
5.7.2. Dos elementos da causalidade normativa segundo Roxin	282
5.7.3. Dos elementos da causalidade normativa segundo Jakobs.....	285
5.7.4. Nexo causal nos crimes omissivos próprio e impróprios	287
5.7.5. Teoria da Condição INUS.....	290
5.8. Tipicidade	294
5.8.1. Conceito	294
5.8.1.1. Tipicidade formal (doutrina tradicional).....	294
5.8.1.2. Tipicidade material (doutrina moderna)	294
5.8.1.3. Tipicidade conglobante	295
5.8.2. Evolução doutrinária da tipicidade	296
5.8.3. Adequação típica	298
QUESTÕES	300
GABARITO	305

CAPÍTULO 6

Ilícitude	307
6.1. Causas de exclusão da ilicitude	308
6.1.1. Estado de necessidade.....	310
6.1.1.1. Requisitos do Estado de Necessidade	311
6.1.2. Legítima defesa	315
6.1.2.1. Requisitos da Legítima Defesa	316
6.1.2.2. Hipóteses de cabimento da legítima defesa.....	322
6.2. Estrito cumprimento do dever legal.....	323
6.3. Exercício regular de direito	325

6.3.1. Ofendículos.....	326
6.3.2. Consentimento do ofendido.....	327
6.3.2.1. Requisitos do consentimento do ofendido:.....	328
QUESTÕES.....	329
GABARITO.....	334

CAPÍTULO 7

Teoria geral da culpabilidade	335
7.1. Conceito	335
7.2. Teorias acerca da culpabilidade.....	336
7.2.1. Teoria psicológica da culpabilidade	336
7.2.2. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade.....	337
7.2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade.....	337
7.2.4. Teoria funcional	339
7.2.4.1. Culpabilidade na visão de Claus Roxin	339
7.2.4.2. Culpabilidade na visão de Gunther Jakobs	340
7.3. Elementos da culpabilidade	340
7.3.1. Imputabilidade	341
7.3.1.1. Sistemas de aferição da imputabilidade	341
7.3.1.2. Inimputáveis.....	342
7.3.1.3. Excludentes de imputabilidade	342
7.3.1.4. Consequência da inimputabilidade	347
7.3.1.5. Semi-imputabilidade	347
7.3.1.6. Consequência da semi-imputabilidade	348
7.3.1.7. Emoção e paixão (art. 28, inc. I).....	350
7.3.2. Potencial consciência da ilicitude.....	351
7.3.2.1. Erro de proibição	352
7.3.2.1.1. Classificações do erro de proibição	353
7.3.3. Exigibilidade de conduta diversa.....	360
7.3.3.1. Causas de inexigibilidade de conduta diversa	360
7.3.3.1.1. Coação moral irresistível (vis compulsiva).....	361
7.3.3.1.2. Estrita obediência hierárquica a ordem não manifestamente ilegal	362
7.3.3.2. Existência de causas supralegais de exclusão da culpabilidade.....	363
7.3.3.2.1. Hipóteses específicas de inexigibilidade de conduta diversa.....	366
7.3.4. Culpabilidade	368
7.3.5. Culpabilidade às avessas.....	369
7.3.6. Culpabilidade pela vulnerabilidade	370
QUESTÕES.....	370
GABARITO.....	377

CAPÍTULO 8

Teoria do erro	379
8.1. Erro de tipo	380
8.1.1. Espécies de erro de tipo	380
8.1.1.1. Erro de tipo essencial	380

8.1.1.2. Erro de tipo determinado por terceiro.....	381
8.1.1.3. Erro de tipo psicicamente condicionado.....	384
8.1.1.4. Erro de tipo acidental.....	384
QUESTÕES.....	389
GABARITO.....	393

CAPÍTULO 9

Iter criminis, tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível395

9.1. Iter criminis ou caminho do crime	395
9.1.1. Cogitação.....	395
9.1.2. Preparação.....	396
9.1.3. Execução	397
9.1.3.1. Teorias de transição entre atos preparatórios e atos executórios	397
9.1.4. Consumação	401
9.1.4.1. Consumação nos crimes de furto e roubo.....	402
9.1.5. Exaurimento.....	403
9.2. Tentativa	404
9.2.1. Conceito	404
9.2.2. Elementos	404
9.2.3. Natureza Jurídica	406
9.2.4. Classificação	406
9.2.5. Crimes que não admitem a tentativa.....	407
9.2.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa.....	409
9.2.7. Critério de diminuição e impactos na dosimetria da pena.....	411
9.3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	412
9.3.1. Requisitos	414
9.3.2. Desistência voluntária (art. 15 do CP, 1ª parte)	415
9.3.3. Arrependimento eficaz ou resipiscência (art. 15 do CP, 2ª parte).....	416
9.3.4. Efeitos.....	417
9.3.5. Outras questões	418
9.3.6. Arrependimento posterior (art. 16, CP).....	420
9.3.6.1. Requisitos	421
9.3.6.1.1. Crime praticado sem violência ou grave ameaça	421
9.3.6.1.2. Reparação do dano ou restituição da coisa	422
9.3.6.1.3. Até o recebimento da denúncia ou queixa.....	422
9.3.6.1.4. Critérios para redução da pena	423
9.3.6.1.5. Dispositivos especiais acerca do arrependimento posterior e efeitos da reparação do dano	423
9.3.6.1.6. Comunicação dos efeitos da reparação do dano no concurso de pessoas	424
9.3.6.1.7. Diferenças entre arrependimento eficaz e arrependimento posterior	425
9.4. Crime Impossível	425
9.4.1. Teorias acerca da punibilidade do crime impossível.....	426
9.4.2. Momento para aferição da inidoneidade ou impropriedade absoluta	428

9.4.3. Diferenças entre crime impossível e delito putativo.....	428
9.4.4. Crime impossível e crime complexo	430
QUESTÕES	431
GABARITO	435

CAPÍTULO 10

Concurso de pessoas	437
10.1. Conceito	437
10.2. Requisitos.....	437
10.2.1. Pluralidade de agentes culpáveis	437
10.2.2. Relevância causal das condutas	438
10.2.3. Vínculo subjetivo	439
10.2.4. Existência de fato punível.....	440
10.2.5. Unidade de infração penal para todos os agentes.....	440
10.3. Formas engajamento em uma infração penal.....	444
10.3.1. Teoria subjetiva	444
10.3.2. Teoria extensiva	445
10.3.3. Teoria objetiva ou dualista	445
10.3.4. Teoria do domínio do fato.....	446
10.3.4.1. Domínio do fato na concepção de Hans Welzel.....	446
10.3.4.2. Domínio do fato na concepção de Claus Roxin.....	447
CONCLUSÃO	449
10.4. Participação.....	450
10.4.1. Formas de participação	450
10.4.2. Teorias acerca da punição do partícipe	451
10.4.3. Outras questões relevantes	452
10.5. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares (Art. 30, CP).....	453
QUESTÕES	455
GABARITO	460

CAPÍTULO 11

Teoria da pena	461
11.1. Princípios limitadores da pena	463
11.2. Teorias da pena	464
11.2.1. Teoria absoluta ou retributiva	464
11.2.1.1. Teoria retributiva de Kant	465
11.2.1.2 Teoria retributiva de Hegel.....	465
11.2.2. Teoria relativa ou preventiva	466
11.2.2.1. Prevenção geral.....	466
11.2.2.1.1. Prevenção geral negativa.....	466
11.2.2.1.2. Prevenção geral positiva	467
11.2.2.2. Prevenção especial	468

11.2.2.2.1. Prevenção especial negativa.....	468
11.2.2.2.2. Prevenção especial positiva	468
11.2.3. Teoria mista, eclética, unitária ou unificadora.....	469
11.3. Espécies de penas	471
11.3.1. Sistemas penitenciários	472
11.3.2. Pena privativa de liberdade	473
11.3.2.1. Regimes penitenciários.....	474
11.3.2.1.1. Fixação do regime penitenciário	475
11.3.2.1.1.1. Crimes hediondos e regime inicial de cumprimento da pena	477
11.3.2.1.1.2. Regras dos regimes penitenciários.....	478
11.3.2.1.2.1. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	479
11.3.2.1.2.2. Regras do regime semiaberto	481
11.3.2.1.2.3. Regras do regime aberto	481
11.3.2.1.2.3.1. Prisão albergue domiciliar	482
11.3.2.1.2.3.2. Ausência de local adequado para o cumprimento da pena em regime aberto.....	483
11.3.2.1.2.4. Regime especial	484
11.3.2.1.2.5. Regime de cumprimento de pena do índio.....	486
11.3.2.2. Progressão de regime penitenciário.....	486
11.3.2.2.1. Regras especiais para progressão de regime de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.....	488
11.3.2.3. Regressão de regime penitenciário	488
11.3.2.4. Autorizações de saída	492
11.3.2.4.1. Permissão de saída	492
11.3.2.4.2. Saída temporária	493
11.3.2.4.2.1. Saída temporária automática.....	494
11.3.2.5. Remição	495
11.3.2.5.1. Remição pelo trabalho	495
11.3.2.5.2. Remição pelo estudo	496
11.3.2.5.3. Remissão ficta ou virtual	498
11.3.2.5.4. Regras da remição.....	500
11.3.2.5.5. Perda dos dias remidos.....	500
11.3.2.6. Detração	501
11.3.2.6.1. Hipóteses de cabimento da detração	502
11.3.2.6.2. Detração penal e prescrição.....	503
11.3.2.7. Aplicação da pena privativa de liberdade.....	503
11.3.2.7.1. Sistemas para aplicação da pena	504
11.3.2.7.2. Elementares e circunstâncias.....	504
11.3.2.7.3. Fases de aplicação da pena	506
11.3.2.7.3.1. Primeira fase: fixação da pena-base e circunstâncias judiciais.....	507
11.3.2.7.3.2. Segunda fase: fixação da pena provisória	514
11.3.2.7.3.2.1. Circunstâncias atenuantes	514
11.3.2.7.3.2.2. Circunstâncias agravantes	521
11.3.2.7.3.2.3. Concurso entre circunstâncias atenuantes e agravantes.....	533
11.3.2.7.3.3. Terceira fase: fixação da pena definitiva	535
11.3.3. Penas restritivas de direitos	537
11.3.3.1. Conceito e natureza jurídica.....	537
11.3.3.2. Requisitos.....	538
11.3.3.3. Penas restritivas de direitos e tráfico de drogas.....	542
11.3.3.4. Penas restritivas de direitos e crimes militares	542
11.3.3.5. Competência para aplicação da pena restritiva de direitos.....	542
11.3.3.6. Regras para substituição.....	543

11.3.3.7. Reconversão da pena restritiva de direitos	544
11.3.3.7.1. Reconversão obrigatória	544
11.3.3.7.2. Reconversão facultativa	545
11.3.3.8. Impossibilidade de execução provisória das penas restritivas de direitos	546
11.3.3.9. Penas restritivas de direitos em espécie	546
11.3.3.9.1. Prestação pecuniária	547
11.3.3.9.2. Perda de bens e valores	548
11.3.3.9.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	549
11.3.3.9.4. Limitação de fim de semana	551
11.3.3.9.5. Interdição temporária de direitos	552
11.3.3.9.5.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo	552
11.3.3.9.5.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público	553
11.3.3.9.5.3. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos	554
11.3.3.9.5.4. Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo	554
11.3.3.9.6. Proibição de frequentar determinados lugares	555
11.3.4. Pena de multa	556
11.3.4.1. Aplicação da pena de multa	556
11.3.4.2. Pagamento da pena de multa	557
11.3.4.3. Execução da pena de multa	558
11.3.4.4. Prescrição da pena de multa	559
11.3.4.5. Superveniência de doença mental	560
11.3.4.6. Multa substitutiva	560
11.3.4.7. Inadimplemento da multa e extinção da punibilidade	561
11.3.4.8. Sistemática da pena de multa na legislação extravagante	561
QUESTÕES	564
GABARITO	569

CAPÍTULO 12

Concurso de crimes	571
12.1. Sistemas de aplicação da pena	571
12.2. Concurso material ou real de crimes	572
12.3. Concurso formal ou ideal de crimes	573
12.3.1. Concurso formal perfeito ou próprio	573
12.3.2. Concurso formal imperfeito ou impróprio	574
12.4. Crime continuado	577
12.4.1. Requisitos do crime continuado	577
12.4.1.1. Unidade de desígnios como requisito subjetivo	579
12.4.2. Espécies de crime continuado	580
12.4.3. Critério para aumento do crime continuado	583
12.4.4. Concurso de crimes com imposição de multa	583
12.4.5. Outras questões relevantes	584
12.5. Limite das penas	585
12.5.1. Unificação das penas	586
12.5.2. Outras questões	586
QUESTÕES	588
GABARITO	593

CAPÍTULO 13

Suspensão condicional da pena	595
13.1. Sistemas.....	596
13.2. Requisitos para concessão.....	596
13.2.1. Requisitos objetivos	597
13.2.2. Requisitos subjetivos	597
13.3. Espécies de sursis	599
13.4. Período de prova	600
13.5. Revogação do sursis.....	601
13.5.1. Revogação obrigatória	601
13.5.2. Revogação facultativa.....	602
13.6. Cassação do sursis	603
13.7. Prorrogação do período de prova.....	604
13.8. Término do período de prova e extinção da pena	605
13.9. Questões finais.....	605
QUESTÕES	607
GABARITO	609

CAPÍTULO 14

Livramento condicional	611
14.1. Requisitos para a concessão	611
14.1.1. Requisitos objetivos	612
14.1.2. Requisitos subjetivos	614
14.2. Condições do livramento condicional.....	616
14.3. Revogação do livramento condicional.....	617
14.3.1. Revogação obrigatória	617
14.3.2. Revogação facultativa.....	619
14.4. Término do período de prova e extinção da pena	620
QUESTÕES	620
GABARITO	623

CAPÍTULO 15

Efeitos da condenação	625
15.1. Efeitos penais	626
15.2. Efeitos extrapenais	627
15.2.1. Efeitos genéricos.....	627
15.2.1.1. Pressupostos de aplicação do confisco alargado	631
15.2.1.1.1. Medidas assecuratórias aplicáveis	632
15.2.1.1.2. Ônus da prova	633
15.2.1.1.3. Decisão fundamentada do juiz	633
15.2.1.1.4. Instrumentos utilizados por organizações criminosas ou milícias.....	634
15.2.1.1.5. Constitucionalidade	634
15.2.2. Efeitos específicos	635

15.3. Efeitos da condenação na legislação extravagante	639
QUESTÕES	642
GABARITO	646

CAPÍTULO 16

Reabilitação criminal	647
16.1. Conceito e natureza jurídica	647
16.2. Sigilo dos registros sobre o processo e condenação	648
16.3. Suspensão condicional de efeitos secundários específicos da condenação	648
16.4. Procedimentos e requisitos	650
16.5. Revogação	651
QUESTÕES	651
GABARITO	654

CAPÍTULO 17

Medida de segurança	655
17.1. Conceito e natureza jurídica	655
17.2. Periculosidade	656
17.3. Aplicação da medida de segurança	657
17.4. Espécies de medidas de segurança	658
17.5. Prazo da medida de segurança	659
17.6. Execução da medida de segurança	661
17.7. Medida de segurança provisória	663
17.8. Conversão da pena em medida de segurança	663
QUESTÕES	664
GABARITO	668

CAPÍTULO 18

Ação penal	669
18.1. Condições da ação	669
18.1.1. Condições gerais ou genéricas	669
18.1.2. Condições específicas ou de procedibilidade	670
18.2. Classificação das ações penais	670
18.2.1. Ação penal pública	670
18.2.1.1. Particularidades da ação penal pública condicionada	672
18.2.1.1.1. Representação do ofendido	672
18.2.1.1.2. Requisição do Ministro da Justiça	673
18.2.2. Ação penal privada	674
18.2.2.1. Ação penal exclusivamente privada ou propriamente dita	674
18.2.2.2. Ação penal privada personalíssima	676
18.2.2.3. Ação penal privada subsidiária da pública	676

18.2.3. Ação penal nos crimes complexos	677
QUESTÕES	678
GABARITO	682

CAPÍTULO 19

Extinção da punibilidade	683
19.1. Aspectos gerais	683
19.2. Causas de extinção da punibilidade	684
19.2.1. Morte do agente (CP, art. 107, I)	684
19.2.2. Anistia, graça e indulto (CP, art. 107, II)	685
19.2.2.1. Questões finais	688
19.2.3. Abolition criminis (CP, art. 107, III)	689
19.2.4. Prescrição, decadência e perempção (CP, art. 107, IV)	689
19.2.4.1. Decadência	689
19.2.4.2. Perempção	690
19.2.5. Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito nos crimes de ação penal privada (CP, art. 107, V)	691
19.2.5.1. Renúncia do direito de queixa	691
19.2.5.2. Perdão do ofendido aceito pelo querelado	693
19.2.6. Retratação do agente (CP, art. 107, VI)	694
19.2.7. Perdão judicial (CP, art. 107, IX)	694
QUESTÕES	696
GABARITO	699

CAPÍTULO 20

Prescrição	701
20.1. Aspectos gerais	701
20.2. Prescrição da pretensão punitiva (PPP)	704
20.2.1. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato	704
20.2.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa	707
20.2.3. Prescrição da pretensão punitiva superveniente, intercorrente ou subsequente	708
20.2.4. Marco inicial da contagem da prescrição da pretensão punitiva	709
20.2.5. Causas impeditivas da prescrição da pretensão punitiva	711
20.2.6. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	715
20.3. Prescrição da Pretensão Executória (PPE)	717
20.3.1. Marco inicial da contagem da prescrição da pretensão executória	718
20.3.2. Causas impeditivas da prescrição da pretensão executória	719
20.3.3. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	719
20.4. Prescrição virtual, antecipada ou pela pena hipotética	719
QUESTÕES	720
GABARITO	724

Referências	725
--------------------------	------------